

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.817 - RJ
(2019/0163855-2)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO E OUTRO(S) - RJ174799
LUIS FELIPE SILVA SOMBRA - RJ156825
AGRAVADO : ANTONIO CARLOS BORGES
AGRAVADO : MARIA DAS GRACAS DE PAULA
ADVOGADOS : ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET - RJ070198
PALOMA GONÇALVES CASCALLAR - RJ129174

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial tendo em vista a falta de impugnação a todos os fundamentos utilizados na decisão de admissibilidade proferida pela Corte local.

O Tribunal de origem decidiu a questão da legitimidade da empresa concessionária de serviços público para suportar o ônus da presente demanda com base na seguinte ementa (fl. 541, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. SANEAMENTO BÁSICO. CANAL DO ANIL. PEDIDO DE REPARAÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO. LEGITIMIDADE ATIVA E INTERESSE PROCESSUAL DOS APELADOS PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO INDIVIDUAL. LEGITIMIDADE DA CEDAE PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO E, POR CONSEQUÊNCIA, PROCEDER À EXECUÇÃO DOS REPAROS NA REDE DE ESGOTO QUE SERVE O IMÓVEL DOS DEMANDANTES. O TERMO DE RECONHECIMENTO RECÍPROCO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES FIRMADO COM O MUNICÍPIO NÃO PODE SER OPOSTO EM FACE DE TERCEIRO QUE DELE NÃO PARTICIPOU. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE MERECE SER MANTIDO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. SENTENÇA QUE SE MANTÉM.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial (fls. 554-588, e-STJ), a recorrente apontou violação aos seguintes dispositivos normativos: art. 267, inciso VI, do CPC/1973 (atual art. 485, inciso VI, 1ª parte, combinado com o art. 17, ambos do CPC/2015, sustentando, em síntese, a ocorrência de ilegitimidade extraordinária dos autores da presente da ação, ao argumento de que os transtornos vivenciados pelos autores, no tocante ao transbordamento de esgoto na região, são de responsabilidade integral do Município do Rio de Janeiro.

Acrescentou, ainda, que os imóveis na região são abastecidos por água da CEDAE, porém esta canalização é irregular, ou seja, os autores não são cadastrados junto a CEDAE, não sendo realizada qualquer cobrança pela água e nem pelo serviço de esgotamento dos imóveis.

Contrarrazões apresentadas às fls. 617-629, e-STJ.

É o relatório.

Dispõe o art. 9º, § 1º, VIII, do RISTJ que compete à Primeira Seção deste Tribunal Superior processar e julgar os feitos relativos à responsabilidade civil do Estado.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECEBIMENTO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. ACOLHIMENTO. COMPETÊNCIA INTERNA NO STJ.

Compete a uma das Turmas da Primeira Seção do STJ, processar e julgar feito relativo à responsabilidade civil do Estado (art. 9º, § 1º, VIII do RISTJ), como no caso presente, em que se busca a responsabilidade da União por perdas e danos decorrentes de acidente aéreo, sob alegação de culpa de controladores de tráfego aéreo.

Pedido acolhido, com determinação de redistribuição deste feito a uma das Turmas da Primeira Seção do STJ. (EDcl no AgRg no Ag 1118700/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 13/12/2010) ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ARTIGOS 145 E

Superior Tribunal de Justiça

436 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Compete à Primeira Seção do STJ, conforme disposto no art. 9º, § 1º, VIII do Regimento Interno do STJ, processar e julgar os feitos relativos à responsabilidade civil do Estado. No caso dos autos, discute-se indenização por danos morais e materiais decorrente de acidente de trânsito contra o IBAMA - autarquia federal -, portanto,

tema relacionado à responsabilidade civil do Estado. Preliminar de incompetência afastada.

2. Ausência de prequestionamento concernente aos arts. 145 e 436 do

CPC, uma vez que o Tribunal a quo não decidiu a questão à luz dos referidos dispositivos. Incidência da Súmula 211/STJ.

Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1258656/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/2010, DJe 24/03/2010)

No caso dos autos, a controvérsia refere-se à aferição da responsabilidade pelos transtornos provenientes do transbordamento de esgoto na região em que reside as partes agravadas, enquadrando-se, assim, na competência da Primeira Seção.

Ante o exposto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Cumpra-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator